



LEI Nº 3.155 DE 09 DE JULHO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA EDUCADOR SOCIAL VOLUNTÁRIO NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAJAZEIRAS/PB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sancionei a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Cajazeiras, o Programa Educador Social Voluntário, com a finalidade de apoiar a inclusão de estudantes com deficiência ou necessidades educacionais especiais matriculadas na rede pública municipal de ensino, promovendo a equidade no acesso à educação e à aprendizagem.

Art. 2º O Programa será executado com a participação de educadores sociais voluntários, sem formação de vínculo empregatício com a Administração Pública Municipal, conforme instituído na Lei Federal n.º 9.608/1998.

§1º A adesão ao Programa será formalizada mediante assinatura de Termo de Adesão, que especificará os direitos, deveres, carga horária, condições de atuação e a natureza da bolsa-auxílio concedida.

§2º A atuação dos voluntários ocorrerá sob supervisão das unidades escolares e da Secretaria Municipal de Educação, respeitando-se os princípios da não subordinação, não habitualidade e ausência de onerosidade obrigatória.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder aos educadores sociais voluntários uma bolsa-auxílio mensal de natureza indenizatória, com o objetivo de apoiar o desempenho das atividades previstas neste Programa.

§1º O valor da bolsa-auxílio será de R\$ 760,00 proporcionais à carga horária semanal de 20 horas, conforme definido em regulamento específico.

§2º Nos casos em que houver a necessidade de dobra da carga horária, a bolsa-auxílio também será dobrada.

§3º A bolsa-auxílio não gera vínculo empregatício, não configura remuneração e não assegura direitos trabalhistas, previdenciários ou afins.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO
GABINETE DA PREFEITA

§4º A concessão da bolsa está condicionada à disponibilidade orçamentária e à observância dos limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 4º A seleção dos educadores sociais voluntários ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação - SEDUC, através de processo seletivo simplificado, mediante a celebração de termo de adesão entre o Município de Cajazeiras, por meio da Secretaria Municipal de Educação, e o voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício.

§1º Fica vedada a designação de bolsistas sem processo seletivo público ou fora dos critérios estabelecidos em edital.

§2º Os resultados da seleção serão divulgados em Diário oficial.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação, podendo ser utilizadas, entre outras fontes, as transferências da União, referentes ao FUNDEB – Complementação VAAT – 30%, nos termos da Lei Federal nº 14.113/2020.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar as alterações necessárias na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual, bem como a abrir crédito especial para viabilizar a execução desta Lei.

Parágrafo Único. Esta Lei será regulamentada, no que couber, por decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Cajazeiras, Estado da Paraíba, em 09 de Julho de 2025.


MARIA DO SOCORRO DELFINO PEREIRA
Prefeita Constitucional